



0 ano da união do setor produtivo

Semana Internacional da Madeira será de networking e acesso a informações

Pág. 6

Abimci articula discussões sobre NR-12 e luta por desonerações para a madeira

Págs. 4 e 5

Compensado de madeira tropical tem novo posicionamento com o uso do Paricá

Pág. 10

Qualidade e certificação

Um dos serviços oferecidos pela Abimci exclusivamente às empresas associadas é o Programa Nacional de Qualidade da Madeira (PNQM), que há 17 anos certifica processos produtivos, desde o recebimento da matéria-prima e insumos, até a embalagem do produto final. As empresas que obtêm o selo garantem ao mercado produtos com especificações conhecidas e fabricados dentro de parâmetros controlados.

Para este ano, estão sendo preparadas uma série de novidades. Uma delas é a revisão e atualização do catálogo do PNQM para que ele possa ser usado também como material promocional.

Dentre as inúmeras vantagens para a empresa possuir o PNQM estão a redução de perdas da produção, gerando economia direta de matéria-prima e insumos, o aumento da produtividade e conseqüentemente da competitividade no mercado. Produtos certificados e conformes também contribuem para desenvolver uma relação de maior confiança entre fabricante e cliente,



além do importante acesso a mercados diferenciados com a melhora da imagem do produto e a melhoria contínua da qualidade.

Além disso, a entidade também está estruturando o programa de certificação CARB (California Environmental Protection Agency).

Destinada ao mercado americano, a certificação monitora a emissão de formaldeído em produtos madeireiros, demanda essa crescente devido à recuperação da economia americana que está contribuindo (ainda de forma lenta) para o aumento das exportações de vários produtos madeireiros do Brasil para esse importante mercado.

Outra novidade é a melhora na estruturação técnica interna da Associação para oferecer aos associados a certificação de painéis de MDF, de acordo com normas internacionais, por meio do PNQM. Já foram compiladas as normas relativas ao produto e os ensaios que devem ser realizados para atender às exigências de países da Comunidade Europeia.

Abimci terá comitê para fabricantes de molduras

Um segmento de produto madeireiro bastante competitivo e no qual o Brasil possui um excelente desempenho no mercado internacional é o de molduras. Atenta à importância desse mercado, a Abimci deverá anunciar, em breve, esse novo comitê dentro de sua estrutura organizacional. O objetivo é unir os players desse segmento, que tem como foco principal as exportações, trocar informações para uma melhor leitura do mercado e desenvolver estratégias comerciais para os próximos anos.

EXPEDIENTE



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE

DIRETORIA

- Presidente: **José Carlos Januário**
- Tesoureiro: **Odacir Antonelli**
- 1º Vice-Presidente: **Luiz Alberto Sudati**
- 2º Vice-Presidente: **João Carlos Ribeiro Pedrosa**

VICE-PRESIDENTES

- **Amauri Eduardo Kollross**
- **Caetano Balvedi Neto**
- **Douglas Antonio Granemann de Souza**
- **Fernando Carlotto Gnoatto**
- **Isac Chami Zugman**
- **Ivan Tomaselli**
- **Juliano Vieira de Araújo**
- **Luis Mello**
- **Paulo Cavalcanti Neto**
- **Roberto Cezar Wronski**
- **Thales Zugman**

CONSELHO FISCAL TITULARES

- **Ricardo Pedrosa**
- **Fábio Ayres Marchetti**

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

- **Silvano D'Agnoluzzo**
- **José Roberto Pimentel Lopes**

DIRETOR REGIÃO NORTE

Luis Fernando Honório Alves

COMITÊS

- Comitê de Compensado Plastificado
Walter Reichert
- Comitê de Desenvolvimento e Tecnologia
Ivan Tomaselli
- Comitê de Laminados e Compensados de Pinus
Fabiano Sangali
- Comitê de Laminados e Compensados Tropical
Paulo Cavalcanti Neto
- Comitê de Pisos e Madeira Tropical
Douglas Granemann de Souza
- Comitê de Portas
Caetano Balvedi Neto

- Comitê de PMVA – Produtos de Maior Valor Agregado e Madeira de Pinus
Fernando Carlotto Gnoatto

- Comitê de Relações Internacionais
Isac Chami Zugman
- Comitê de Relações Institucionais
Amauri Kollross

SUPERINTENDENTE EXECUTIVO

Paulo Roberto Pupo

O **ABIMCI INFORMA** é uma publicação da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente - ABIMCI

- Produção: **INTERACT Comunicação Empresarial**
www.interactcomunicacao.com.br
- Jornalista responsável: **Juliane Ferreira**
- MTb 04881 DRT/PR
- Projeto Gráfico / Diagramação: **Pedro Luis Vieira**

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião da ABIMCI.

Um ano em que esperávamos mais

Foram muitas as surpresas em 2015: recessão no Brasil, elevação do custo de energia, crise econômica e política, oferta mundial de produtos de madeira em alta, crise do petróleo e as guerras no Oriente Médio, impactando no consumo, desvalorização de várias moedas importantes ao redor do mundo nos últimos dois anos e redução do PIB chinês. Fatos que comprometeram o desempenho do setor de madeira processada mecanicamente, que tinha tudo para voltar a crescer por conta do dólar valorizado e da retomada da economia norte-americana e da estabilidade do consumo europeu.

Mas apesar de todos os sustos, ainda conseguimos, em alguns segmentos de produtos, encerrar com números positivos. Os produtores de compensado de pinus, por exemplo, fecharam o ano com mais 1,4 milhão de m³ embarcados, um aumento de 13,9% em relação ao ano anterior. Isso não significou, entretanto, em crescimento de faturamento, já que os preços caíram em dólar por conta, principalmente, da grande oferta de produtos que antes estavam atendendo ao mercado interno. Para 2016, a projeção é manter o volume exportado com um pequeno crescimento para mercados diferentes dos tradicionais. Podemos, inclusive, vender para a China, país onde nunca imaginamos que seria possível colocar compensado de pinus.

Outro segmento que obteve bons resultados em 2015 graças à exportação e ao câmbio foi o de pisos maciços, com um aumento de 18% do volume exportado, quando comparado a 2014. Mesmo assim, vale ressaltar que é possível melhorar essa performance, já que 50% do volume enviado para fora vai para os Estados Unidos. Diferente de outros países como Peru, México e Indonésia, o Brasil não efetuou nenhum acordo bilateral com



os maiores mercados consumidores. Com isso, os pisos de madeira produzidos por aqui já partem com uma desvantagem. Além disso, durante os anos de Real sobrevalorizado, esse segmento perdeu mercado para outros países, principalmente para os asiáticos. E espaço para atuar não falta. O mercado latino-americano, por exemplo, tem um potencial de crescimento para os fabricantes de pisos brasileiros.

Já os produtores de madeira serrada de pinus registraram um aumento de 31,4% em relação ao volume físico embarcado em 2014, alcançando, em 2015, 1.304.305 m³. O crescimento aconteceu principalmente devido a uma significativa melhora do processo produtivo nacional, com investimentos que permitiram aumentar a capacidade de escala da produção.

Quem também fechou o ano com números positivos foi o segmento de portas, com 8% a mais, comparado a 2014, mantendo a média de embarques registrados nos últimos anos. Os Estados Unidos permaneceram respondendo por 65% das exportações nacionais, fato que indica a possibilidade de ampliar os mercados de atuação desse nicho.

Em queda

Mas nem só de bons resultados foi o ano de 2015 para o setor de madeira. Alguns segmentos foram mais for-

temente afetados pelo aumento da oferta mundial de produtos, incluindo no mercado nacional. É o caso, por exemplo, dos produtores de compensado plastificado. Apesar da queda do preço internacional, alguns fabricantes reduziram os preços na moeda estrangeira e, mesmo assim, as vendas não se mantiveram no mesmo patamar que vinha sendo praticado anteriormente. Tivemos uma redução de 50% das vendas de compensado plastificado brasileiro para o exterior. Hoje as exportações para a Europa estão perto de zero. Além disso, o consumo interno também sofreu com a redução da demanda da construção civil e um excesso de produção.

Outro nicho afetado pelo excesso de oferta de produtos mundial foi o de laminados e compensados de madeira tropical. O segmento registrou aumento das exportações em 58% em relação ao embarcado em 2014, mas em cima de um volume muito pequeno para o potencial brasileiro. Saímos de apenas 26.696 m³ exportados em 2014 para 42.192 m³ embarcados em 2015. Dessa forma, a perspectiva é poder acessar outros mercados, de maneira planejada, para ampliar esse volume embarcado.

Assim, apesar de muitos números positivos, estamos certos de que 2016 será um ano de ainda mais desafios, porque são necessárias mudanças estruturais, políticas e econômicas do país, que permitam a expansão do setor produtivo. Os industriais deverão estar firmes no leme de suas companhias, investindo na melhoria da qualidade dos produtos, em certificações para atender mercados mais exigentes, e na inovação, visando novos nichos e o desenvolvimento de produtos diferenciados. Teremos muito trabalho pela frente!

José Carlos Januário
Presidente da ABIMCI

Fim das desonerações prejudica setor produtivo

Trabalho da Abimci para 2016 terá como um dos focos a mobilização junto aos governos estadual e federal para discutir medidas que beneficiem indústrias madeireiras

Uma das bandeiras da Abimci e de entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) passa pelas desonerações concedidas pelos governos, que contribuem para diminuir o impacto dos tributos sobre os negócios e estimulam investimentos e contratações. O setor de madeira permanece de fora, por exemplo, da lei que revê a desoneração na folha de pagamento concedida a 56 setores da economia.

“A lei privilegia apenas alguns setores, como alimentos, transporte e call center. A indústria de base florestal conta com mais de 58 mil empresas ativas, que empregam diretamente 735 mil pessoas. É um segmento importante para o país, que precisa ser mais valorizado pelo governo federal”, afirma o presidente da Abimci, José Carlos Januário.

Entre as medidas consideradas fundamentais pela Associação para o desenvolvimento da indústria estão a mobilização junto aos governos estadual e federal pela desoneração fiscal, a exclusão do imposto sobre produtos industrializados (IPI) do compensado, desoneração do ICMS da energia elétrica, a volta do Sistema Geral de Preferências (SGP) – permitindo que alguns setores de países em desenvolvimento exportem com redução ou até isenção da tarifa de importação – para a madeira compensada vendida para os Estados Unidos, e a recomposição do Reintegra – regime que permite o ressarcimento de tributos na cadeia de produção de exportadores.

Outra decisão recente que pode afetar as indústrias é a mudança no ICMS interestadual, que está valendo desde 1º de janeiro de 2016. A alteração impacta diretamente nas regras de recolhimento dos impostos em relação às vendas interestaduais destinadas a consumidor final, seja ele contribuinte ou não-contribuinte do ICMS (pessoa física ou jurídica).

A Emenda Constitucional 87 estabelece que, a partir de 2016, a empresa que vender para fora do Estado para consumidor final deverá recolher o diferencial de alíquota do ICMS da operação interestadual e da alíquota interna de ICMS do Estado de destino. Por exemplo: uma

empresa que vende uma mercadoria do Paraná para São Paulo submete-se à alíquota interestadual de 12%. Porém, a alíquota interna de São Paulo é 18%. Neste caso, com a EC, a empresa paranaense deverá recolher a diferença de 6% e partilhar na proporção acima descrita. Deve-se considerar, ainda, o recolhimento do Fundo de Combate à Pobreza, que muda de Estado para Estado e varia também por produto. A novidade, segundo os empresários, aumenta a burocracia e pode gerar despesas extras com a necessidade de contratação de mais profissionais para fazer a operação, principalmente para as empresas de menor porte.

Conheça os pleitos do setor produtivo em relação aos tributos

- Acelerar a desoneração do investimento, inclusive do ICMS.
- Unificar PIS-Cofins em uma nova contribuição (novo IVA federal).
- Ampliar a garantia do direito de uso dos créditos tributários (tanto no novo IVA federal quanto no ICMS), inclusive para os bens de uso e consumo.
- Permitir a compensação de saldos credores de tributos com débitos de contribuições previdenciárias a cargo do empregador.
- Equacionar a questão dos incentivos fiscais de ICMS que provocam a guerra fiscal.
- Avançar na simplificação e na desburocratização das obrigações tributárias.
- Ampliar gradativamente os prazos para pagamentos de tributos, compatibilizando-os com as práticas comerciais.
- Aumentar o número de tratados internacionais para evitar dupla tributação.

Fonte: CNI

Abimci participa das discussões para ajustes da NR-12



Indústrias podem contribuir com sugestões para construção do anexo que trata de prensas

Desde a publicação da Norma Regulamentadora NR-12, que visa melhorar a segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, a Abimci tem participado ativamente do debate acerca do tema. Um dos avanços a partir das discussões no âmbito da Comissão Nacional Tripartite Temática da NR-12 e da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), que inclui representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), empregadores e trabalhadores, foi a publicação da portaria nº 857, de 27 de junho de 2015, que altera algumas partes da Norma.

As principais inovações da Portaria foram o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte nas obrigações de capacitação, reconstituição de manual de instruções de máquinas antigas e elaboração de inventário e o corte temporal em relação à tensão de operação dos componentes de partida, parada, acionamento e outros controles que compõem a interface de operação das máquinas.

Outras mudanças foram a exclusão da expressão ‘falha segura’ do

texto da Norma e do Glossário, com substituição pelo conceito de ‘estado da técnica’; dispensa do cumprimento dos requisitos da NR-12 a máquinas e equipamentos de fabricação nacional destinados à exportação; e permissão expressa da movimentação de máquinas e equipamentos que não atendem à NR-12 fora das instalações da empresa para reparos, adequações, modernização tecnológica, desativação, desmonte e descarte.

Para o setor de madeira, uma das ações mais importantes é a criação do anexo que trata especificamente de itens desse segmento. Assim, desde o ano passado, a Abimci está estruturando e elaborando o anexo da norma para que, na prática, esse seja um instrumento facilitador, tanto para um melhor entendimento da Norma pelas empresas, como por parte dos órgãos fiscalizadores.

De acordo com a entidade, as dificuldades para a elaboração de um documento de abrangência nacional passam pela grande variedade de máquinas e equipamentos que o setor madeireiro possui. “Somente com a contribuição e com o

conhecimento das empresas é que conseguiremos realizar esse documento a contento”, afirma o superintendente da Abimci, Paulo Roberto Pupo.

Na prática

Ao passo em que há toda uma movimentação do setor produtivo para que as regras possam ser cumpridas da melhor maneira possível, visando a saúde do trabalhador, sem gerar grandes impactos financeiros para as indústrias em um momento de retração da economia, vale lembrar que a Norma está em vigor. Assim, muitas indústrias já estão buscando formas de se adequar à norma.

No Paraná, por exemplo, um dos caminhos encontrados por empresas do setor da madeira foi por meio de uma parceria entre o Senai e o Sindicato das Indústrias da Madeira de Imbituva (Simadi). As indústrias estão recebendo consultoria para planejar as medidas necessárias para as alterações, avaliar os investimentos e estabelecer um cronograma com base nas prioridades e possibilidades técnicas e financeiras.

Encontro marcado com o setor produtivo

Semana Internacional da Madeira será oportunidade para debater temas importantes para a indústria e a troca de informações entre empresários



Encontro Internacional de Comercialização e Tecnologia de Produtos Florestais

A realização de uma série de eventos durante os dias 7 e 11 de março, em Curitiba (PR), promete ser um marco para o setor da madeira no Brasil. Em um momento delicado da economia e da política do país, com inúmeras incertezas que limitam o planejamento das empresas, a união entre os diversos atores da cadeia produtiva pode ser um diferencial para que 2016 traga menos impactos negativos para os negócios.

Na avaliação do presidente da Abimci, José Carlos Januário, promover o encontro entre empresários, profissionais do setor, pesquisadores, fornecedores e especialistas de outras áreas é uma oportunidade única para unir esforços em prol do desenvolvimento de toda uma cadeia que tem muito a oferecer para o país. “Iremos enfrentar um ano de muitos obstá-

culos, mas essa batalha pode ser superada de maneira mais serena se o fizermos juntos”, acredita Januário.

Um dos pontos altos desta semana será a realização do encontro Wood Trade Brazil, promovido pela Abimci, Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e Malinovski Eventos. Durante o evento, que será no dia 8 de março, no Campus da Indústria da Fiep, serão discutidos as perspectivas e o potencial dos mercados interno e externo para os diversos produtos florestais. Estarão reunidos especialistas internacionais e brasileiros para a troca de informações e debate sobre cenários futuros.

O economista e gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Flávio Castelo Branco, fará uma análise dos impactos do atu-

al panorama econômico brasileiro no setor madeireiro. Em recente entrevista, Castelo Branco afirmou que a retração da economia chinesa tem impactado o Brasil, na condição de exportador de commodities. Ele, no entanto, destaca que os problemas da economia nacional são “fundamentalmente internos”. Confira na página 8 o que diz o especialista sobre os reflexos da elevação da taxa básica de juros e da instabilidade do câmbio na definição de estratégias dos empresários.

Outro tema que estará em debate durante o Wood Trade Brazil será suprimentos de madeira. De acordo com dados da STCP Engenharia de Projetos, empresa associada à Abimci e responsável pela palestra no evento, a demanda de madeira industrial nos últimos 50 anos cresceu em média 1,7% ao ano. De 2009 até 2013 o consumo cresceu 3,1% ao ano. Caso a tendência observada seja mantida, a perspectiva é de que no ano 2050 o consumo de madeira industrial deva atingir cerca de 3,3 bilhões de m³. “Por outro lado, a oferta de madeira nas últimas décadas tem apresentado uma tendência de redução. Esta tendência tem sido resultado principalmente de uma redução de produção em florestas nativas, devido a pressões ambientais e que resultaram em um aumento de áreas protegidas”, avalia o diretor-presidente da STCP, Ivan Tomaselli. Como resultado, segundo o especialista,

a importância das florestas plantadas tem crescido.

Atualmente mais de 30% do consumo total de madeira industrial é originada em plantações (cerca de 600 milhões de m³), e esta participação deverá crescer. Outra informação que merece atenção, de acordo com Tomaselli, é que os maiores incrementos no consumo de madeira têm sido para energia. A produção mundial de pellets, por exemplo, passou de 2 milhões de toneladas em 2001 para 24 milhões de toneladas em 2014, um aumento superior a 20% ao ano.

Oportunidades no exterior

Para as indústrias voltadas ao comércio internacional, estão

programadas duas palestras sobre os mercados europeu e norte-americano, principais destinos dos produtos de madeira brasileiros. A expectativa é atualizar os fabricantes com informações sobre tendências de consumo nesses destinos, o panorama econômico e as oportunidades para os exportadores.

Mercado interno

No painel programado para apresentar informações sobre o mercado interno, o objetivo é promover uma mesa redonda com fabricantes de madeira serrada, portas, pisos, compensados e atualizar as informações sobre tecnologia, produção e uso desses produtos, que tem como principal foco o consu-

mo doméstico. Em resumo, traçar um diagnóstico de nossas possibilidades no mercado doméstico e os principais gargalos a serem superados.

Outro tema previsto é o uso da madeira na construção civil. Na palestra do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) serão apresentados os potenciais para aplicação dessa matéria-prima como material construtivo, bem como serão avaliadas as expectativas econômicas e comerciais desse setor para 2016. Na avaliação do vice-presidente do Sinduscon-PR, Euclésio Finatti, não é mais possível ver a construção civil sem uma ligação mais próxima com o setor da madeira.

Confira a programação da Semana Internacional da Madeira

Evento	7/mar	8/mar	9/mar	10/mar	11/mar	Local
59ª SWST www.swst.org/meetings/AM16						Salão de atos do Parque Barigui
Wood Trade Brazil www.woodtradebrazil.com						Campus da Indústria (Fiep)
Lignum Brasil www.lignumbrasil.com.br						Expo Renault Barigui
Expo Madeira & Construção www.expomadeira.com						Expo Renault Barigui
XV EBRAMEM www.ebramem.com.br						Salão de atos do Parque Barigui
Encontro Brasileiro de Energia da Madeira www.energiadamadeira.com.br						Campus da Indústria (Fiep)

“Câmbio não é solução mágica para problemas de competitividade”, diz Flávio Castelo Branco

A elevada taxa básica de juros aliada à instabilidade do câmbio causa danos à economia brasileira e inibe os investimentos no país. A avaliação é do gerente-executivo de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco. Nesta entrevista à Agência CNI de Notícias, ele diz que a estabilidade no valor da moeda é imprescindível para que empresários definam estratégias de exportação e de competição com o produto importado.

Leia a seguir trechos da entrevista:

A manutenção dos juros em 14,25% pelo Banco Central foi uma medida acertada para a economia brasileira?

FLÁVIO CASTELO BRANCO – O controle da inflação e a geração de expectativas favoráveis à estabilidade da economia são extremamente importantes para a reversão do clima de incerteza que tem predominado e, também, para a atividade produtiva. Outro aspecto é que uma política monetária apertada, com juros elevados, causa um dano muito grande à atividade econômica pela contração de demanda, tanto do consumo quanto de decisões de investimentos das empresas. Isso afeta diretamente a atividade produtiva e o nível de emprego. Portanto, juros altos são danosos à economia.

De que forma os reflexos internacionais, como a queda no valor do petróleo e a retração da economia chinesa, impactam o Brasil?

FLÁVIO CASTELO BRANCO – Como um país emergente e exportador de commodities, cujo maior demandante é a China, o Brasil sofre com oscilações em razão do ritmo do crescimento chinês. Esse, sem dúvida, é o fato externo mais importante e aquele em que mais estamos atentos. Agora, os problemas da economia brasileira

são fundamentalmente internos. Basta ver que neste ambiente internacional o nosso desempenho em termos de inflação e de incerteza é bem mais intenso e negativo que o dos demais países. Não há dúvida de que a desorganização fiscal dos últimos anos e a geração de um déficit fiscal elevado estão na base da incerteza da economia brasileira.

Qual o impacto da flutuação do dólar para a indústria brasileira?

FLÁVIO CASTELO BRANCO – O câmbio é extremamente importante para a indústria, principalmente a manufatureira, que é integrada ao cenário internacional. O real permaneceu muito valorizado nos últimos anos e isso causou diversos danos à competitividade dos produtos brasileiros. A desvalorização mais recente recolocou um patamar de normalidade, melhorando, portanto, as condições de competitividade. No entanto, o câmbio não é tudo. Não é a solução mágica para resolver os problemas de competitividade da economia do país. A CNI tem trabalhado uma agenda ampla na área tributária, de logística, de custos de capital, de relações de trabalho e de burocracia. Não podemos ficar esperando que o câmbio vá resolver todos os nossos problemas de com-



Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de Política Econômica da CNI, será um dos palestrantes do Wood Trade Brazil

petitividade. Ele só é positivo quando não gera instabilidade. Precisamos de um câmbio competitivo, mas com determinado grau de estabilidade para que as empresas possam se programar e realizar as suas estratégias de vendas externas, de competição com produto importado e de investimentos voltados a esses mercados com mais segurança.

A indústria está perdendo participação no PIB. Qual o caminho para a recuperação desse espaço?

FLÁVIO CASTELO BRANCO – Isso é responsabilidade do governo nas políticas públicas e econômicas, mas também da sociedade e do próprio setor industrial. A sociedade tem que entender que é importante ter uma indústria competitiva, produtiva, que esteja inserida no mercado internacional, porque ela é fonte de crescimento. Na década atual, a queda da indústria é até mais forte que da economia. A agenda da competitividade deve ser uma prioridade do governo. Por outro lado, o setor industrial tem que buscar ser mais eficiente, embora essa tarefa se torne tão mais fácil quanto melhor o ambiente em que ele opera. Não se pode esperar que todas as mudanças venham de fora do setor para dentro das empresas. É preciso buscar mais eficiência, racionalização, aumento de produtividade e inovação para atender o mercado cada vez mais exigente e com a competição mais acirrada.

Medidas podem ajudar indústrias a economizar na tarifa de energia elétrica

O custo da energia elétrica passou a representar, em 2015, 10,6% do custo total, contra 4,4% de 2014, para o setor de produtos de madeira. Além disso, 8,6% do faturamento é destinado ao pagamento da energia. Os dados foram levantados pelo Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) para mostrar o impacto causado pelos sucessivos aumentos nas tarifas de junho de 2014 até junho de 2015 no Estado. Em um ano, o custo da energia elétrica nas indústrias do Paraná praticamente triplicou e o cenário não é diferente nos outros Estados da Federação.

Entre as saídas para minimizar o impacto desse custo na produção está o investimento em eficiência energética. De acordo com uma estimativa da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco), o Brasil poderia economizar 52 mil gigawatts-hora por ano adotando medidas de eficiência. A redução potencial de custo de geração elétrica giraria em torno de R\$ 13,6 bilhões.

As alternativas viáveis para isso passam pelo uso de motores elétricos de alta eficiência, adoção de sistemas inteligentes de iluminação de fábricas, implantação de sistemas de refrigeração de baixo consumo e baixo impacto, criação de escritórios mais eficientes, troca de motores, inserção de inversores de frequência e substituição de aquecimento de água por placas solares. Já há casos, no setor da madeira, de fabricantes que estão comprando energia no mercado livre com economia de até 40%.

Adequações

Já a empresa que não disponibiliza de recursos para investir em novos equipamentos ou sistemas pode adotar medidas para reduzir a conta paga no final do mês, mesmo sem diminuir o consumo. Segundo o consultor da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Fábio Sales Dias, engenheiro eletricista es-



Para diminuir impacto desse custo na produção, empresas podem investir em eficiência energética e fazer adequações na contratação do serviço

pecialista no assunto, isso é possível. “O ponto mais importante é entender o que você paga”, explica Sales. De acordo com ele, muitas vezes, os consumidores industriais estão classificados de forma errada e, portanto, pagando mais do que deveriam pela energia. “Para citar um exemplo, em uma empresa que estava classificada de forma incorreta o custo da energia era de R\$ 19 mil mensais. Após a correção, com uma simples solicitação para a companhia elétrica e sem nenhum custo, a empresa passou com o mesmo consumo a pagar R\$ 16 mil”, afirma. Essa classificação depende das características de cada empresa e é possível contar com um profissional para indicar a mais correta, gerando economia.

Outro ponto que, segundo o consultor, acaba representando um gasto desnecessário é a contratação de uma demanda maior ou menor do que o consumo. “Os consumidores industriais precisam contratar uma demanda, apontando qual a faixa de consumo necessário para sua empresa. No entanto, se ele consumir menos do que a demanda,

esse custo será fixo. Ao contrário, se ele gastar mais, haverá uma multa por excedente. Nesses casos, é muito importante uma análise criteriosa da necessidade para evitar ao máximo o desperdício de recursos”, analisa.

O especialista sugere ainda verificar o nível de tensão utilizado pela indústria. “As tarifas de energia variam em função da tensão e, muitas vezes, é possível fazer uma adequação do nível obtendo uma tarifa mais vantajosa para a indústria. Nesse caso, há um investimento em transformador, mas que pode valer a pena”, orienta.

Linha de crédito

As indústrias do Paraná têm, desde o ano passado, a possibilidade de acessar uma linha de crédito criada pelo BRDE. O programa BRDE Energia conta com repasses de BNDES e da Finep, além de uma linha no valor de R\$ 60 milhões, com recursos próprios do banco regional.

Por meio de um termo de cooperação técnica com o banco, o Sistema Fiep orienta os empresários sobre as condições de financiamento previstas no programa e a documentação necessária para o processo. Também indica ofertas de serviços técnicos relacionados a eficiência energética que integram o dossiê necessário para protocolo dos projetos junto ao BRDE.

A linha de crédito pode ser acessada por empresas, propriedades rurais, entidades públicas e demais instituições. O projeto deve detalhar o conjunto de ações e metas que irão contribuir para a redução do desperdício e racionalização no uso de energia. Entre outros itens, poderão ser financiadas pesquisas e desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços; modernização ou adequação das instalações produtivas ou comerciais visando proporcionar maior eficiência energética; aquisição de softwares e serviços; e aquisição de máquinas e equipamentos com melhor desempenho energético.

Indústria de compensado renasce no Norte

Catálogo promocional e ações coordenadas de comunicação e marketing pretendem alavancar a marca “Compensado de Paricá”



“A crise nos deu um empurrão para que agíssemos”. A frase do empresário Moacir Alberto Raiman, que comanda a Centerplac, é a prova de que as oportunidades podem gerar grandes ideias e novos negócios. Praticamente desaparecendo há alguns anos, a indústria de compensado da região Norte do Brasil soube se reinventar para sobreviver após questões ambientais ligadas ao uso da floresta tropical. A partir do plantio de uma espécie nativa, o Paricá, e da recuperação de áreas degradadas, os empresários passaram a ter novas perspectivas.

Com isso, era preciso se posicionar no mercado e disponibilizar informações corretas acerca desse produto. Essa missão ganhou um importante aliado por meio de uma ação da Abimci e dos principais fabricantes desse segmento. O **Catálogo Promocional do**

Compensado de Paricá padroniza e define categorias, leva informação ao consumidor, pré-qualifica o produto, agrega valor às marcas, orienta quanto ao uso e aplicações, além de reforçar o espírito associativo. O documento, lançado no final do ano passado em um evento em Rondon do Pará, será o cartão de visitas de um grupo que soube se unir para buscar perspectivas positivas.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Município de Rondon do Pará (Simarp), Ernesto Carlos Ganassoli, o setor vive uma nova fase a partir de um cenário ambiental favorável, com a expectativa de ampliar mercado, inclusive com possibilidade de exportação. “Temos um produto sustentável da Amazônia, com diferenciais competitivos como leveza, homogeneidade e de altíssimo nível técnico”,





Temos um produto sustentável da Amazônia, com diferenciais competitivos como leveza, homogeneidade e de altíssimo nível técnico.



Ernesto Carlos Ganassoli,
Presidente do Simarp

afirma. Atualmente, 95% da produção – cerca de 16 mil m³/mês –, destina-se ao mercado interno, em especial para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e parte para o Sudeste. Para ele, o catálogo é uma contribuição importante para o trabalho que vem sendo realizado pelos fabricantes.

Para o empresário Silvano D'Agno-luzzo, um dos proprietários do Grupo Concrem, a perspectiva a partir de agora é de crescimento e de melhores resultados para o setor. “O mercado moveleiro, por exemplo, precisa de um produto como o nosso, mais leve que outros painéis”, disse.

Quem também compartilha da mesma visão positiva é o empresário Renato Uliana, proprietário da Compensados Uliana: “com o catálogo vamos buscar algo mais. Temos um novo desafio pela frente”.

Oportunidades

Com o objetivo de aumentar o consumo de compensados de Paricá, a Abimci formatou algumas estratégias a partir dos dados divulgados pela Associação Nacional das Revendas de Material da Construção (Anamac). Segundo o levantamento, o Brasil possui 133 mil lojas e revendas. Nesses pontos de venda, a madeira em geral representa apenas 36% da participação nos produtos. Desse universo, a estimativa é de que compensados e chapas estejam presentes em apenas 2% das lojas, um nicho importante que deve ser aproveitado pelo segmento. Outro dado importante é que 1.100 revendas de grande porte compram diretamente dos fabricantes, uma oportunidade para que seja realizada uma negociação sem intermediários.

Assim, como parte das estratégias adotadas pela Abimci está o envio do catálogo para clientes que já usam o compensado de Paricá com o objetivo de reforçar o uso e padronizar as informações; uma maior atuação junto às revendas de madeira e materiais de construção; e uma ação mais ampla para também atender empresas do segmento da construção civil.

Uma segunda etapa inclui a participação em eventos e feiras em 2016, começando pela 2ª Expo Madeira & Construção; em Curitiba (PR), entre os dias 9 e 11 de março. Com um estande próprio, o grupo pretende levar para todas as regiões do país as potencialidades do produto. Em paralelo a todas essas iniciativas, o plano prevê a promoção do compensado de Paricá por meio da imprensa nacional e especializada.

Indústrias participantes do Catálogo Promocional do Paricá

- Adeco Indústria e Comércio de Compensados - Dom Eliseu (PA)
- Agro Florestal Confiança Ltda - Rondon do Pará (PA)
- Celplac Indústria e Comércio Ltda – Guarapuava (PR)
- Centerplac Compensados Ltda - Rondon do Pará (PA)
- Compensados Laselva Ltda - Imbituva (PR)
- Compensados Novo Milênio Ltda - Rondon do Pará (PA)
- Compensados Pinhal Ltda - Pinhalzinho (SC)
- Compensados Uliana Ltda - Ulianópolis (PA)
- Concrem Wood Agroindustrial Ltda - Dom Eliseu (PA)
- Dalcomad Dalgallo Comércio de Madeiras - Bituruna (PR)
- Ecoplac Laminados Ltda - Ulianópolis (PA)
- Guama Comércio e Representação Ltda - Dom Eliseu (PA)
- Hidil Plac Indústria e Comércio - Abel Figueiredo (PA)
- Lano da Amazônia Ltda - Rolim de Moura (RO)
- Madeireira Belo Horizonte Ltda - Imbituva (PR)
- Madeireira 5 irmãos Ltda - Clevelândia (PR)
- Rosa Compensados Ltda - Paragominas (PA)
- Somapar Sociedade Madeireira Paranaense Ltda - União da Vitória (PR)
- Tecnoplac Tecnologia em Placas Ltda - Rondon do Pará (PA)

PNQM



Programa Nacional de Qualidade da Madeira
National Program for Wood Quality

A marca da qualidade da madeira brasileira.

Indicadores de sucesso do PNQM:

- Aumento de produtividade
- Redução de perdas e custos
- Conquista de novos mercados
- Melhoria da imagem do produto
- Proteção ao mercado já existente
- Aumento da satisfação dos clientes
- Facilita a implantação de outras certificações
- Estimulo à melhoria contínua da qualidade
- Maior controle do processo produtivo
- Mudança de cultura e organização

**Para
saber mais
sobre o
Programa,
entre em
contato**



ABIMCI

Avenida Comendador Franco, 1341
Campus da Indústria - Jardim Botânico
80215-090 - Curitiba / PR

(41) 3225-4358
abimci@abimci.com.br
www.abimci.com.br